



Utopia e democracia: os pilares da educação nacional em Manoel Bomfim

DÊNIS WAGNER MACHADO*

BERENICE CORSETTI**

Introdução

O estudo que vamos apresentar decorre de pesquisas anteriores realizadas sobre a produção de Manoel Bomfim relativa à educação brasileira. Manoel José do Bomfim (1868-1932) acreditou por muitos anos e de modo pleno que a educação era o melhor meio de resolução das mazelas próprias da realidade nacional e expressou suas convicções em uma vasta produção – literária e discursiva. Atualmente já é volumosa e difícil de mensurar a totalidade de pesquisas existentes sobre o mesmo e suas produções. Visto e revisto por vezes e perspectivas diversas na academia, o referido intelectual cada vez mais se distancia de um aludido ostracismo do qual teria sido vitimado durante do século XX. Destarte, justificamos nossa comunicação incluindo-a em um movimento contemporâneo que envolve a revisão e a releitura de ícones da nossa intelectualidade e suas trajetórias.

Investigações de múltiplas procedências têm surgido e paralelamente ampliado o entendimento sobre a perspectiva dos intelectuais em relação à função do Estado na educação brasileira. Deste modo, a proposição que ora se anuncia, tem por objetivo refletir e expor as convicções bomfimnianas expostas em fontes documentais de tipologia singular, incluindo um discurso e sua obra máxima, produzidas durante a primeira década do século XX. Cumpre dizer que no mencionado decênio, a rede de sociabilidades da qual Manoel Bomfim fazia parte demonstrou características ímpares que ainda merecem estudos revisionais. O espírito da época (utopista) creditava na educação as bases da esperança de um futuro melhor, menos desigual, um ideal que o sergipano perseguiria até seus últimos dias. Já a incitação à democracia é um traço característico em toda obra bomfimniana, mesmo quando imbuída de críticas, lá estavam direcionadas aos corruptores do sistema. Para o sergipano, não havia dúvidas de que a República era o melhor dos governos. Contudo, a busca por um novo modelo de República perpassava anteriormente por um projeto democrático de governo.

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduado em História (Licenciatura Plena) e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS. Bolsista CNPq/AT.

** Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora titular da Unisinos.



Manoel Bomfim, *América Latina : Males de Origem e O Progresso pela Instrução*

Manoel Bomfim nasceu em Aracaju, Sergipe, no dia oito de agosto de 1868. Quando pré-adolescente, conviveu com a realidade da escravidão devido aos negócios da família; mais tarde, em 1886, ingressou na Faculdade de Medicina de Salvador/Bahia e transferiu-se dois anos depois para a capital, Rio de Janeiro, onde continuou seus estudos. O sergipano viu e viveu o fim do Brasil Império, acompanhou os momentos que antecederam a assinatura da Lei Áurea e conheceu, na efervescência cultural carioca, ilustres brasileiros como Machado de Assis, José do Patrocínio e Olavo Bilac. Formou-se em medicina em 1890 e casou-se com Natividade Aurora de Oliveira, com quem teve dois filhos. Sua vida social na capital inevitavelmente aproximava-o de fervorosas polêmicas políticas. Crítico e questionador, Bomfim repreendia duramente o recente governo republicano, embora fosse um defensor do republicanismo. Após a morte do pai e da filha primogênita, em 1894, gradualmente foi abandonando a carreira de médico e gradativamente se aproximou da psicologia, área do conhecimento que mais tarde o levou ao campo da educação. Entre 1897 e 1902, dirigiu o *Pedagogium*¹, ofício que iria repetir novamente entre os anos de 1911 e 1919. Entre 1902 e 1903, planejando se especializar em psicologia, viajou à França, vindo a estudar na Sorbonne. No retorno, trazia consigo o esboço daquela que seria sua obra mais contundente, *A América Latina: Males de Origem*, publicado pela primeira vez em junho de 1905. Seu discurso pró-conscientização provocou reflexões tão complexas que alcançam os dias atuais.

Em sua obra máxima, Manoel Bomfim sugeria uma reação à teoria das raças inferiores, um combate contra a escravidão intelectual e moral, a negação da ideia de degeneração das espécies por ocorrência da mestiçagem, a crítica à instrução em história do período e a crença na educação, esta entendida como projeto de uma possível identidade nacional capaz de eliminar nossas mazelas sociais. No que refere ao campo do ensino, Bomfim proclamava uma educação fundamentada na emancipação dos povos com o desígnio de edificar uma sociedade mais justa, democrática e cidadã. Proferia:

¹ O *Pedagogium* foi um centro cultural criado ao espelho do Parecer de Rui Barbosa (1882), ainda sob um projeto de Rodolfo Dantas para o ensino na capital carioca. Alguns historiadores mais dedicados a seu estudo apontam que a premissa do mesmo é ainda mais antiga. De fato, abrindo suas portas em 1890, viria a fechá-las somente às vésperas de seu 30º aniversário (1919). Localizado no Rio de Janeiro, foi um empreendimento do nascente governo republicano. O *Pedagogium* agregou nas suas dependências um museu pedagógico e uma biblioteca rotativa para empréstimos de livros, além de promover cursos de especialização, conferências e exposições, também auxiliou na editoração de uma revista pedagógica.

*[...] sem a instrução da massa popular, sem o seu realçamento, não é só a riqueza que nos faltará – é a própria qualidade de **gentes** entre as gentes modernas. Pouco importa o que está inscrito nas constituições, que as camadas políticas vão depositando nos armários oficiais. Como estamos, não somos nem nações, nem Republicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma preza do passado, recalcitrante em tradições e preconceitos, que não soubemos vencer ainda. Querer um regimen moderno, com as almas cristallisadas nos costumes de tres seculos atraz, não é uma utopia – é uma monstruosidade. Proclamar democracia e liberdade, e manter e defender as condições sociaes e politicas das éras de absolutismo, é mais que insensato – é funesto, mais funesto que o proprio absolutismo formal. Este é criminoso, mas é pelo menos logico; o crime póde ser logico sem deixar de ser crime; o regimen de democracia sem povo é absurdo [...]* (BOMFIM, 1905, p. 401-402, grifo do autor).

Gostaríamos de assinalar que, para nós, a instrução popular apreçada por Manoel Bomfim não era mera transmissão de informações, consistia muito mais na divulgação de uma educação conscientizadora, uma educação voltada para uma tomada de consciência dos aspectos condicionantes que formaram a nação brasileira e a própria América Latina. Aspectos que, caso superados, poderiam levar tanto o povo brasileiro quanto latino a um novo modelo de democracia. De forma rudimentar, concepções muito próximas daquelas que anos depois vamos encontrar eco nas obras e no pensamento de Paulo Freire sobre educação libertadora. Essa certeza apoia-se principalmente no exame detalhado de outros escritos do sergipano, como, por exemplo, o discurso *O Progresso pela Instrução*, proferido em 13 de maio de 1904 às normalistas formadas no ano de 1903.

A relevância de se verificar os dois materiais referidos consiste que a crítica habitual de Bomfim tivera evidente sentimento antilusitano e presente crítica ao imperialismo estadunidense. Evidenciava que os retrocessos sociais, políticos e econômicos da região centro-sul continental não se produziam simplesmente pela suposta incapacidade das massas ao progresso, nem por uma presumível inferioridade racial, mas sim pela qualidade das condições de desenvolvimento do povo e das violências pelas quais eles haviam padecido. Assim, atribuiu às elites intelectuais e políticas a responsabilidade pelo atraso do continente e declarou que a exploração e a dominação colonial, o parasitismo ibérico, conceito cunhado em *América Latina*, seria o conjunto de fatores responsáveis pelos nossos males de origem.

Médico por formação, em vida Manoel Bomfim foi também jornalista, escritor, professor, membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal, deputado federal pelo Sergipe e, não menos importante, um dos mais importantes críticos do Brasil. Seu legado compreende uma vasta produção intelectual, desde artigos de jornais até livros fora de seu eixo de formação, além de dilatada série de manuais didáticos. Seus assuntos mais



recorrentes versam sobre medicina, zoologia, sociologia, psicologia, educação, história do Brasil e América Latina. Manoel Bomfim passou seus últimos dias lutando contra um câncer que lhe acometeu, vindo a falecer em 21 de abril de 1932.

O Progresso pela Instrução

[...] discursos importantes permitem visualizar as situações, às vezes específicas e verdadeiras, de como o mundo poderia ser melhor. É a comunicação desta visão em todo o mundo que pode conferir a um discurso monumentais consequências políticas. Por exemplo, o famoso e esplêndido discurso 'Eu Tenho um Sonho', de Martin Luther King, foi ousado, formulado com elegância e proferido com fé e paixão [...] o discurso de King desenhou uma nova imagem para o mundo, um mundo possível. A sua transmissão para o mundo inteiro deu-lhe o impacto necessário para inspirar gerações (KOURDI; MAIER, 2011, p. 5).

O discurso pronunciado por Manoel Bomfim em 1904 não foi transmitido mundialmente, nem ao que se sabe gerou tanto impacto quanto o de Martin Luther King Junior, ainda que o nacionalismo estivesse presente em ambas alocações, tal como a intencionalidade de gerar em seus locutores o inefável sentimento de crença na infinita melhora da sociedade por meio do acesso e da garantia a direitos sociais básicos. Desde suas primeiras linhas, o discurso *O Progresso pela Instrução* deixa fulgente seu endereçamento. O sergipano saúda inicialmente as senhoras presentes e somente depois se esmera em cortejar o Presidente da República, o Prefeito do Distrito Federal, alguns intendentess municipais, demais diretores de estabelecimentos de ensino, professores, representantes da imprensa e outros presentes, estes de variadas classes sociais. Ele fecha sua apresentação inicial agradecendo às “JOVENS COLEGAS” (BOMFIM, 1904, p. 5, grifo do autor) pela honra que lhe foi atribuída ao ser escolhido paraninfo da turma e deixar claro a quem se destinam seus versos dizendo “[...] é de vós que eu falo; é para vós que falo [...]” (BOMFIM, 1904, p. 5).

Pode-se afiançar que *O Progresso pela Instrução* é um discurso articulado em quatro pilares distintos: 1) apologia ao trabalho educacional realizado pelas normalistas; 2) crítica ao governo republicano e a apatia dos políticos coadunados com a estagnação do sistema; 3) apoio de argumentos e ideias particulares em referências a pensadores modernos, sobretudo estrangeiros; e por fim, mas não menos importante, 4) informações expressivas quão veementemente ao contexto do período.



O primeiro pilar é deveras constante, o sergipano começa e termina seu discurso fazendo a defesa da educação, do trabalho educativo como missão e sua vinculação intrínseca com os diversos setores da sociedade de seu tempo, aludindo sempre para a necessária e possível mudança social. O segundo pilar está imbuído de enérgicas críticas ao sistema governamental implantado quase quinze anos antes do seu discurso. E aqui chamamos atenção para a dialética entre educação e política que Manoel Bomfim fará do primeiro ao último parágrafo de seu pronunciamento, mostrando como a falta de vontade parlamentar empacava as possibilidades de uma educação transformadora, voltada para a emancipação dos sujeitos. O terceiro pilar reflete a cultura ilustrada de seu tempo, determinantemente apoiada em referenciais estrangeiros. Mas sabiamente, do nosso ponto de vista, Manoel Bomfim não os evocou na intencionalidade de menosprezar o Brasil ou nossa brasilidade, senão para mostrar como pensadores estrangeiros refletiam sobre dilemas universais em face da realidade em que estavam inseridos e como tais conjunturas conversavam com nossa nação. O quarto e derradeiro pilar, como dissemos acima, traz movimentos de contextualização, portanto, de diálogo com o presente (nosso passado). É por meio deste que *O Progresso pela Instrução* ultrapassa a esfera educacional e atinge também as esferas da história, da economia, da política, da filosofia, da arte e também da estética. A seguir, uma análise mais detida da obra, realizada em nossa dissertação.

Manoel Bomfim iniciou o discurso aludindo para as expectativas quanto ao trabalho a ser desempenhado pelas normalistas. Para entender quais eram essas esperas foi preciso verificar a inserção feminina no meio educacional, primeiro como alunas e posteriormente como professoras. Em seguida, o sergipano arguiu sobre a importância/desvalorização do professorado em seu tempo e espaço. Imediatamente procuramos demonstrar como a educação era tida por ponto de sustentação do novo regime político e eixo articulador dos princípios de deveriam orientar e organizar a sociedade brasileira, ainda que esbarrasse diametralmente na capacidade de manutenção do sistema educacional. O discurso evoluiu e abarcou instâncias da escola e suas cercanias como meio de inculcação de valores, de modo que nos esforçamos para compreender a República como distintiva dos referenciais dos novos tempos e os reformadores do sistema com uma dupla dinâmica, ao mesmo tempo porta-vozes e agentes, que proferiam e agiam em prol da instrução escolar, entendida como possível acionador da integração social do presente para com o futuro. O discurso, ainda em seu princípio, deu razoável destaque à instrução de indivíduos, que logo percebemos pautar-se pela interação destes com a coletividade e não para a particularidade individual de uma vida



jugulada por egoísmos, entendimento que se fez presumível por meio de Gottfried Wilhelm Leibniz, de quem Bomfim era leitor. A faceta da educação como meio redentor foi imediatamente relacionada por nós com a feminização do magistério, não poucas vezes colacionada à imagem da mulher-mãe-professora.

O segundo arco do discurso, convencionado por nós, trouxe uma nova gama de elementos a serem analisados. O primeiro destes recaiu sobre as míseras condições econômicas e o estado de espírito da época que desmotivava interesses pela educação. Para compreensão do exposto, promovemos um resgate histórico do período, exercício que nos permitiu vislumbrar, ainda que de forma rasa, uma Belle Époque para poucos. A coexistência de ideais de progresso e modernização paralelos às crises de ordem política e econômica da metrópole carioca levou-nos a empreender um novo esforço de historização, que se mostrou deveras importante para a compreensão da visão de criança como futuro cidadão da nação. Logo, a crítica de Bomfim aflui para as reformas políticas do período, encontrando em Désire Dalloz uma referência do não fazer, no caso, instituir e compendiar leis e legislações que não se podiam sustentar (em amplo espectro). Eis que *O Progresso pela Instrução* apresentou a sua real antítese, o inimigo a ser combatido: a ignorância das massas e o analfabetismo da população. Deste ponto em diante, Manoel Bomfim tornou mais clara sua dileção ao referir que somente a alfabetização, elemento de empoderamento das classes mais desprovidas, poderia levar os indivíduos a uma formação mais crítica. Na porventura da não materialização desse objetivo, a servidão moral e o embrutecimento das mentes iria se perpetuar por mais tempo. E foi nessa argumentação que Bomfim encaixou referenciais modernos e libertadores, encontrando palavras em Henrik Johan Ibsen e Charles Bernard Renouvier para combater o conservantismo das elites, aludindo para uma conscientização crítica sobre a profissão de normalista, a complexidade abrangida na carreira e a ausência de empenho da União. Instâncias intrincadas que procuramos desbravar verificando como vida e obras dos pensadores referidos se plasmavam à realidade brasileira em paralelo à lógica do discurso do sergipano.

É no terceiro arco que Manoel Bomfim deu indícios de que o soluto das nossas mazelas sociais passaria inexoravelmente pela via educacional. Auxiliados por Dermeval Saviani, que por sua vez ancorou-se em Enzo Catarsi para comparativamente entender a questão do analfabetismo no Brasil e na Itália, buscamos reconstituir panoramicamente a época de Bomfim e como tal pensamento, de redenção nacional pela educação, era uma constante nos seus dias. No discurso, a preocupação de Manoel Bomfim frente aos maus auspícios do analfabetismo se dava principalmente no devir, ou seja, para com aqueles e aquelas que seriam educados nos anos e



décadas que viriam. No discurso e em seu tempo, Bomfim possuía uma concepção de homem a ser formado, em base, por uma formação dialética entre progresso e trabalho, onde os sujeitos dessas relações estariam vinculados a um universo comum. Amparados em aspectos motivacionais, trazidos pelo próprio sergipano, percebemos a instrução para o progresso alinhada com a determinação para o trabalho, outro pensamento fiel a seu tempo, que procurava combater, por vezes de modo equivocado, a apatia que se alojava sobre os indivíduos naquele período da nossa história. A dialética entre trabalho e educação não dizia respeito somente a discentes, envolvia também docentes. E foi nesta relação, entre trabalho e educação, que Manoel Bomfim vinculou as normalistas à missão de educar com as novas gerações. O que nos legou a necessidade de mostrar como o sergipano estava conectado ao seu tempo, justamente por encapar, como outros republicanos, a adesão de normalistas ao meio educacional, diferente da perspectiva dos adeptos do positivismo, que tinham outra proposta de inserção social para as mulheres. Para verificar esses aspectos e outros tangentes à doutrina de Comte, como a penetração de sua proposta no Brasil do século XIX, foi preciso realizarmos um novo exercício de historicização, desta vez apoiados em Elomar Tambara e José Murilo de Carvalho.

Optamos por começar o quarto arco referindo a luta como condição inerente ao campo educacional e as mulheres. Esta passagem do discurso de Bomfim aludiu para uma luta cognoscente, subliminar até, como dissemos anteriormente, uma luta do terreno da subjetividade para com a alteridade. Uma luta que teria seu anúncio na brutalidade interior do ser. A superação deste barbarismo estaria precisamente na formação de um indivíduo crítico para o exercício da democracia e da liberdade numa República que estava por se refazer. Outro distintivo do discurso do sergipano é sua defesa pelo reforço do professorado, aqueles e aquelas que subsidiariam a base de sustentação da ideologia republicana. Fomos buscar o sentido de democracia em Manoel Bomfim e concluímos se tratar esta do sentido grego da acepção, pelo menos no período emergente ao discurso. Para o sergipano, não havia dúvidas de que a República era o melhor dos governos. Mas de que adiantaria um bom governo sem bons cidadãos? Foi quando Bomfim evocou a função educativa da República enquanto estado democrático, as responsabilidades da União para com a educação, o futuro da pátria como fruto desta simbiose. Para Manoel Bomfim, falhar neste setor comprometeria o devir. E de fato comprometeu.

O penúltimo arco principiou com algumas possíveis leituras conceituais entre instrução (popular) e educação (popular). Adiada propositalmente desde o início da análise, preferimos usar como prerrogativa de inserção do assunto a citação de Bomfim a Georges Benjamin Clemenceau e a partir dela fomos nos afastando no sentido de erigir uma



contextualização com a finalidade de apurar as possíveis diferenciações e aplicações de um e outro conceito na perspectiva e na realidade brasileira, circunstância que nos foi facilitada pelo trânsito de José Gonçalves Gondra e Omar Schneider no tema. Neste momento, constatamos que o discurso estava vinculando uma ideia específica de reforço dos valores e sentimentos pátrios que as normalistas deveriam ter e expressar, primeiro para com seus educandos e segundo para com o seu país. Ao dirimir as funções e atribuições que Estado e professorado deveriam ter e convergir em um projeto comum, Manoel Bomfim tornou visível o que não estava acontecendo na época, no caso a equalização das igualdades sociais. Efetivava-se exatamente o seu contrário. Evocativo desse exemplo foi (e continua sendo) a permanente desvalorização do professorado. Na continuidade, o discurso trouxe à baila a via de entrada das desigualdades sociais no plano da realidade física, no caso, a condicionalidade do analfabetismo. Uma instância que ficou deveras marcada em todo o discurso e que também fora adiada até seu limite foi o entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico em Manoel Bomfim. Com apoio em Paulo Ghiraldelli Junior, abordamos ambas as tendências para então apontar que o sergipano teria sido partícipe da primeira e possível pioneiro da segunda, o que, para sua confirmação, exigiria novas investigações. A retórica do educador levou-o a citar Jean-Marie Guyau e Émile Zola, estava posta sua fórmula: combater o erro e edificar a verdade. Valendo-nos da vida e dos feitos dos pensadores mencionados, compreendemos que Bomfim procurava aludir para a necessidade de vencer a inércia e se refazer a nação brasileira, se preciso fosse, começar-se-ia primeiro consigo para depois redimir o meio social e a sociedade, por conseguinte. Ao instilar as normalistas a se refazerem como sujeitas de um novo tempo, Bomfim ao mesmo tempo procurava prepará-las como agentes de uma nova sociedade brasileira. Foi quando entrou em cena no discurso a vinculação entre criança, educação e trabalho (leia-se trabalho intelectual), e no bojo desta discussão, com nova ajuda de Paulo Ghiraldelli Junior e apoio em Marcela Cockell Mallmann, a criança foi recolocada tanto na pauta da alocação como no cerne de todos os esforços a se realizarem, o sujeito da escola formadora de cidadãos. Neste momento, Ana Maria Rabelo Gomes e Maria Cristina Soares de Gouveia ajudaram a dimensionar o local da criança e onde ela não deveria estar ou orbitar.

O último e menor arco convencionado por nós foi também o mais abstrato e meditativo de todos os demais. Bomfim encaminhava seu discurso para um fechamento arrebatador, mas antes precisava costurar algumas ideias e pensamentos que trouxera ao longo da homilia, entre estes a necessidade de trabalhar pela paz espiritual, o progresso social e a



redenção intelectual. Para alcançarmos a visão de mundo que Bomfim pretendia erigir e verificar se esta não passava de uma miragem, tivemos que voltar ao sentido de cidadania na interpretação do sergipano, já parcialmente verificada por nós em outras passagens da obra. Ao sentido de cidadania, percebemos, somou-se outra perspectiva, a de um meio para atingir um fim. Embasados nos versos do sergipano, fomos constatando que seu sonho possuía um sistema de ideias implícito. Amparados em Antonio Joaquim Severino, conseguimos confirmar a hipótese que vinha se instalando em nós, a de que o discurso bomfimniano detinha múltiplas facetas (pedagógica, filosófica, histórica e política pelo menos), todas essas intrinsecamente vinculadas para, na união das partes, formar uma ideologia bastante autoral. É, portanto, como ideólogo, aquele que formula ideias que orientam um movimento ou uma doutrina, que Manoel Bomfim, em seu discurso, ousou lançar um conjunto de ideias e convicções que visava, em máxima instância, apontar possíveis ações realizáveis por parte das normalistas na sociedade brasileira de seus dias. Não é à toa que a maneira de pensar e forma de se expressar tornaram Manoel Bomfim, mais adiante na história, um radical apaixonado pela nação. Ainda no plano ideológico, no discurso de 1904, Bomfim não se furtou em idear um patriotismo intimamente próximo da educação, estreitamente ligado à proposição de um imaginário artístico. Em relação à importância da estética nas artes e nas representações no período da Primeira República, estava bem demarcada na apologia de Bomfim a expressão artística, que visava antepor-se à ausência de uma estética republicana, que nos legou por muito tempo a importação de influências estrangeiras. Razão pela qual o sergipano pôs-se a propor a vinculação entre educação, arte e beleza. Embora Bomfim fosse um republicano desiludido com a República, não poderia ele, na função que exercia, desesperançar as normalistas para a profissão que iriam exercer, ele precisava motivá-las, e o meio que encontrou para fazer isso foi convocando-as ao enfrentamento das chagas de seu tempo. O aceite desta missão civilizatória por parte das normalistas implicava na aceitação e ativação de suas próprias potencialidades, ou seja, engajamento propício tanto para o desenvolvimento pessoal das professoras quanto para a potencialização de outrem. Pela nossa lente, o meio que Manoel Bomfim encontrou para fazer isso foi inserindo no discurso uma citação de Louis-Antoine Léon de Saint-Just, improvisando aí uma alusão à Revolução Francesa, à queda da Bastilha e ao lema entoado no processo. Em contrapartida, acenava para a nobreza do engajamento de um ideal e na cooperação definitiva para a emancipação humana. *O Progresso pela Instrução* se mostrou, assim, uma alocução dotada de abastado vigor, sentido próprio e pouquíssima brandura.



América Latina: Males de Origem

Em muito pouco *A América Latina: Males de Origem* se parece com *O Progresso pela Instrução*, mesmo sendo o livro uma espécie de compêndio, de amarrão das várias problemáticas atacadas frontalmente por Manoel Bomfim em seu discurso. O livro vai além, essa é uma verdade. Não poderia ser de outra maneira, neste o sergipano fatalmente dimensiona os problemas já percebidos a uma outra gama de dilemas, estes de maior envergadura, e por fim, os coloca no bojo de uma discussão que fatalmente irá marcá-lo para o resto de sua vida. Posto isso, passemos agora a uma análise rápida dos capítulos de *Males de Origem*.

O livro de Manoel Bomfim divide-se em cinco partes, a primeira foi denominada “A Europa e a América Latina” e se divide em dois capítulos (A opinião corrente e Consequências da malevolência europeia). Para nós existem dois eixos principais de argumentação; no primeiro, verificamos uma crítica feroz aos preconceitos expressos pela imprensa europeia acerca das repúblicas latino-americanas. No segundo, uma incredulidade, um descrédito engajado e um confronto especialmente articulado à doutrina Monroe como política benfeitora das preocupações e interesses das nações latino-americanas.

O livro de Manoel Bomfim aponta para como a difusão da instrução amparada na prática da ciência poderia curar nossos males sociais, permitindo assim que a sociedade como um todo avançasse para o progresso. Talvez seja forçoso falar em projeto, nos parece mais uma proposição, um horizonte a se perseguir, onde a democracia permitiria aos indivíduos viverem livres, em uma relação harmônica com o resto da sociedade. A paz e a liberdade em Bomfim são valores que ainda precisam ser mais bem dimensionados; a nós, aludem para a superação da ignorância impositiva. Para o sergipano não havia dúvidas, a República era o melhor dos governos, com este e por este deveriam ser promovidas campanhas educacionais e, sobretudo, a difusão do ensino primário – somente assim alcançaríamos condições de vida adequadas no país. *Males de Origem* também é um estudo sobre as desigualdades, que inevitavelmente nos lembra muito o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de Jean-Jacques Rousseau. No entanto, deixamos claro que o sergipano não cita o genebrino em nenhum momento.

Mas havia um problema magnânimo a ser enfrentado naqueles dias em que *A América Latina: Males de Origem* circulava entre seus primeiros leitores: o fardo colonial e semicolonial de quatro séculos. Esse era tão significativo que tolhia os esforços mais entusiasmados pelo fim das desigualdades. A mudança de um governo absolutista para um



governo oligárquico não alterou imediatamente o quadro geral. Bomfim, encontrando palavras e influência em Ibsen e outros referenciais modernos e libertadores, procurou combater o conservantismo que notou estar incrustado nas elites do país. Se no *Progresso pela Instrução* o sergipano buscou conscientizar as normalistas, em *Males de Origem* o esforço estava orientado à alta sociedade e aos governantes da nação.

Manoel Bomfim também apontou subtramas intimamente ligadas à inadequação atávica e a intolerância étnica. O sergipano compreendeu que a exclusão não era simplesmente um papel a ser desempenhado no mundo. Percebeu a influência dos índios, dos afrodescendentes e dos mestiços brasileiros no ethos nacional. Além disso, sabia ele que, ao longo do tempo, na sociedade brasileira, as leis criadas e mantidas visavam única e restritamente ao benefício das elites e à engenhosidade para dominação do povo. Com a educação não foi nem um pouco diferente. Esta foi a principal antítese, o inimigo capital que Bomfim ambicionou combater. Queria ele extinguir a ignorância das massas e levar a toda população o alfabetismo necessário. A esperança de um futuro melhor era para o sergipano o maior ideal a ser perseguido; era, no compêndio de uma palavra, sua utopia. Foi nesse sentido que escreveu *A América Latina: Males de Origem*. Bomfim sabia que certos livros possuíam o poder de atrair a atenção para situações visíveis, mas que ainda assim não eram vistas. Sabia que certos livros poderiam mudar a mentalidade das pessoas.

Carlos Altamirano prefere chamar de literatura das ideias àquilo que cotidianamente é chamado de ensaio, os textos que são mais bem identificados como programas e manifestos políticos. O exemplo dessa motivação, expressaria o chileno, seriam os discursos de Simón Bolívar. Textos de intervenção direta ao conflito político e social de seu tempo. Textos indissociáveis da ação política, de modo que eles mesmos são atos políticos. Ou seja, não se bastam ao seu contexto, ao seu campo de ação. Os textos estão em conexão com seu exterior, à mercê das suas condições pragmáticas, das suas contribuições, e, indubitavelmente, da sua compreensão. São documentos de história social, da vida pública e política (2005, p. 9-24).

Em *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*, Carlos Altamirano nos explica que, no século XIX, havia os escritos de combate e os escritos de doutrina, e ambos giravam em torno da política e da vida pública. Com o passar dos anos, estabeleceu-se uma tradição de subordinação da arte de escrever à arte da política. Esta estaria sujeita à ação, não apenas por parte das elites políticas e militares, mas também das elites intelectuais (letrados e pensadores, por exemplo, onde se encaixa Manoel Bomfim). Altamirano entende a história intelectual como um campo de estudo. Para ele, é um território limite, seja pelos materiais que



são usados, seja pelo modo como interroga, ou pelo cruzamento entre outras disciplinas que propicia. Seu assunto é o pensamento, e como tal é chamado de discurso, por sua condição incomum, está condicionado a diferentes tipos de linguagens e/ou suportes materiais.

Alguns aspectos estiveram presentes tanto no discurso como no livro, entre eles, o mais flagrante foi a crítica aos regentes da nação, refletida na marcante e vexaminosa histórica ausência de prioridade do Estado com a educação da população. Para salientar essa fala, no capítulo referente ao discurso, recorreremos a um resgate histórico, desde os jesuítas, passando pela fase pombalina, a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, o Brasil imperial e as reformas republicanas. No capítulo referente ao livro, para não nos repetirmos, embora ainda tenhamos feito alguns resgates, optamos por deixar a própria fonte revelar onde estariam se dando tais falhas da União para com o setor educacional.

Embora bancasse a defesa das iniciativas republicanas, as ideias que Bomfim proferia, em ambas as produções, buscavam transcender o que estava posto, buscavam estar aquém das ações e empreendimentos postos em prática no período em questão pelos demais republicanos. Uma das características mais tangíveis, no discurso e no livro, é a intenção de integrar o povo a um projeto de nação, ainda que este não estivesse sistematizado. Bomfim esboçou grande parte da ideologia que o moldou, procurou mostrar como determinações sociais e econômicas estavam obstruindo não apenas o progresso material, mas também desenvolvimento intelectual da sociedade. Pela lógica de Bomfim, o enfrentamento do analfabetismo deveria se dar exclusivamente na escola e na institucionalização da escola pública, que deveria ser na época o principal canal de acesso ao conhecimento das classes menos abastadas. Verificamos, então, que para o sergipano urgia necessária a defesa ferrenha da universalização do ensino conjuntamente ao amparo que o Estado deveria prover para com a democratização da escola primária.

No discurso ou no livro, os parágrafos finais de Manoel Bomfim estão direcionados para a necessária construção de um futuro moral e intelectual melhor para os brasileiros. Porém, este deveria ser conquistado aquém de qualquer expressão de força e sim pela razão e inteligência. Evidenciava, deste modo, que os brasileiros poderiam superar as referidas inferioridades, principalmente se toda a sociedade se engajasse em um mesmo ideal, no caso, aquele que o sergipano vinha esboçando desde suas primeiras frases, ainda no discurso. Se as formas de combate a nossa inferioridade estavam postas, restava finalmente difundir o conhecimento e as virtudes morais às novas gerações.

Conclusões

O sergipano demonstrou em seu todo uma precisa rigidez na colocação de temas pertinentes à nação, à sociedade e à educação de seu tempo, em resumo e em relevo, destacamos: democracia; liberdade; educação; progresso social; processo civilizatório; realçamento da sociedade; preparo para a vida; projeto de futuro; combate à ignorância e ao analfabetismo; cuidados para com a infância; trabalho intelectual; arte, beleza e estética, valor e desvalorização de esforços; igualdades e desigualdades sociais; a responsabilidade do professorado para com os educandos e a nação; e não menos importante, a República como melhor dos governos, apesar das limitações de seus governantes.

A mudança do século XIX para o XX trouxe consigo a mudança de mentalidade sobre um amplo espectro de assuntos, entre estes a alfabetização para redenção intelectual. Empenho de vários republicanos, entre esses o próprio Manoel Bomfim, um proeminente radical pela educação e pela República, indignado assumido com os rumos da política local e nacional, que no amanhecer do vigésimo século ousou perceber que algo estava errado tanto na República recém-proclamada quanto na forma de educar as novas gerações.

A busca pela verificação do posicionamento republicano de Bomfim nos fez olhar para o presente contemporâneo com outros olhos, na leitura de indicativos sociais, na participação eleitoral, a busca coetânea por uma nação desenvolvida, menos corrupta, mais cidadã. Esse exercício de contemporização nos levou a verificar a importância que a democracia, e decorrente dela, a liberdade com responsabilidade, assumia para Bomfim, em si, a prática e a validade de um regime democrático.

Mais que um olhar retrospectivo, Manoel Bomfim empreendeu uma revisão introspectiva do nosso passado, fazendo evidenciar-se que esse não deveria nos definir, mas empoderar para o fazer no presente. O cenário em que o sergipano expressou suas concepções é chave para a compreensão desse posicionamento, pois ele convergiu várias teorias e ideias em voga para construir uma teoria muito própria, que iria defini-lo para a posteridade.

[...] A época era marcada por grande ebulição ideológica em que conviviam ideias liberais, positivistas, socialistas, anarquistas. Houve rápido avanço dos valores burgueses, a exemplo da febre do enriquecimento. Sob o discurso liberal e as mudanças eleitorais republicanas, restringiu-se a participação política e introduziu-se a distinção nítida entre a sociedade política e a civil, ao se incluir na própria Constituição a diferença entre cidadãos ativos e inativos ou simples, em que somente os primeiros eram cidadãos plenos, com direitos civis e políticos (CIAVATTA, 2009, p. 164).



No princípio do século XX, inspirado em leituras tradicionais e modernas, Manoel Bomfim expressou o pragmatismo de sua interpretação acerca dos dilemas sociais e educacionais. O sergipano apresentava-se assim como um visionário, senão, para muitos, um verdadeiro revolucionário. À época, suas facetas como escritor, educador e homem público se misturavam. Para ele, liberdade, conhecimento, fraternidade e justiça eram mais que palavras, eram perspectivas. Contudo, na conjuntura da República Velha não houve articulação dos setores e esferas para que uma revolução pela educação ocorresse. Pensando tudo que foi colocado aqui, concordamos com Saviani quando este nos diz que:

Considerando-se que 'toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica', cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita constituir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletariado. Mas o proletariado não pode se erigir em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo a extrair o seu núcleo válido (o bom senso) e dar-lhe expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, 2004a, p. 3).

O espaço para revelar todas as nossas considerações é muito curto para que possamos esgotar determinadas comprovações, mas a luz da intenção foi possível fazermos algumas constatações. A primeira delas é que nenhum educador pode ser pensado fora da sua essência ética e política. Considerando que a política não é estática, e olhando para a trajetória de vida de Manoel Bomfim, erigimos três fases mais demarcadas: a utópica, a eugênica e a revolucionária. Após analisarmos nossas fontes e buscando responder a pergunta que moveu este estudo - Partindo de seu primeiro discurso e ensaio sobre a interpretação da nação, como Manoel Bomfim compreendia a sociedade brasileira e os males da educação de seu tempo? – percebemos que Manoel Bomfim possuía uma visão otimista para o futuro, mesmo frente às mazelas que assolavam o país e o Rio de Janeiro no princípio do século XX. Neste período, a solução que Bomfim encontrou para sanar tais adversidades veio na forma de oportunização de escolaridade para o povo. Fazendo emergir das fontes o pensamento político-pedagógico de Manoel Bomfim, constatamos que o conjunto de concepções que o inspiraram havia sido, na grande maioria, formuladas no estrangeiro, em tempos históricos antecedentes e concomitantes ao seu. Procuramos demonstrar, ao longo da dissertação, que a rigor, qualquer produção do pensador é uma tentativa de relação dos fatos e conhecimentos de seu tempo.



Igualmente, ao longo do trabalho, fomos identificando que as ideias do sergipano nos domínios da educação estavam orientadas para a instrução do povo, radicalmente voltadas para a construção de uma pedagogia nacionalmente crítica. No território da política, Bomfim se posicionou francamente contrário a vários dirigentes de seu tempo, ainda que ocupasse um bom cargo público e tivesse alta respeitabilidade pela função que exercia. O discurso e o livro analisados não possuem sistematizados um projeto de educação, ou mesmo, um projeto de nação. O que há neles, sem dúvida, é a exposição de muitas opiniões, propostas, críticas e sugestões. Contudo, estas não estão organizadas, como se quisesse o sergipano discriminar um contrato social brasileiro, por exemplo.

A dissertação de mestrado que deu origem a esse trabalho começou a ser escrita no ano em que o falecimento de Manoel Bomfim completava seu octogésimo aniversário. Embora minimamente lembrado, em paralelo, homenageava-se mundialmente o tricentenário de nascimento de Jean-Jacques Rousseau e os duzentos e cinquenta anos de publicação de seus dois escritos mais célebres, *Emílio* e *O Contrato Social*. Em comum, Bomfim e Rousseau, em mais ou menos medida, viam nas discrepâncias econômicas a origem dos conflitos e paradoxos sociais. Mas, o primeiro, em diferença ao segundo, não deve ser considerado um pensador contratualista. O discurso e o livro do sergipano analisados por nós são, na sua elasticidade, um mosaico de opiniões sobre educação, história, política, virtudes, vícios e ética. É preciso um forte empenho para descobrir todos os aspectos da obra de Bomfim e não somente os aspectos citados. As obras de psicologia e apoio didático, por exemplo, são muito importantes para uma compreensão mais completa do seu pensamento e que complementam igualmente a parte política e educacional, efetuando assim uma correspondência intertextual mais enriquecedora de seus escritos.

Referências bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. **Para un programa de historia intelectual y outros ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. 133 p.

BOMFIM, Manoel José do. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905. 432 p.

BOMFIM, Manoel José do. **O progresso pela instrução**. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Profissional, 1904. 38 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a. 166 p.



CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação**: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina; CNPq; Faperj, 2009. 456 p.

KOURDI, Jeremy; MAIER, Simon. **Os 100 maiores discursos da história**: insights e lições de líderes que mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 235 p.

MALLMANN, Marcela Cockell. Pelo becos e avenidas da Belle Époque carioca. **SOLETRAS**, São Gonçalo, ano 10, n. 20, p. 105-118, jul./dez. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 247 p. (Coleção educação contemporânea).

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986. 106 p. (Temas básicos de educação e ensino).

TAMBARA, Elomar. Educação e positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2: século XIX, p. 166-178.